

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência sabe do seu trabalho e da sua luta ímpar, nobre deputada Ana do Carmo. Vossa Excelência é uma deputada com muita dignidade e coragem. Esta Presidência tem um respeito muito grande por Vossa Excelência.

Esta Presidência irá levar ao conhecimento do presidente efetivo desta Casa, deputado Fernando Capez, para que sejam tomadas as devidas providências junto com a Mesa Diretora, à qual também pertence. Tenha certeza de que a Assembleia Legislativa, como Casa democrática, irá tomar as devidas providências para que a democracia prevaleça sempre, junto com a justiça.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Ana do Carmo e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 16 horas e 06 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 38 minutos, sob a Presidência do Sr. Cezinha de Madureira.

\*\*\*

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que acompanham pela galeria, em casa, pela internet, subo à tribuna para falar em nome da liderança do PSOL e tratar do “Dia Internacional da Mulher”, no dia 8 de março. Esta semana é muito importante, especialmente para o nosso País, sobretudo para o estado de São Paulo.

Quero lembrá-los de que a luta das mulheres não começou hoje. É uma luta histórica. É claro que a data e a semana não são apenas para que sejam distribuídas rosas. As rosas são muito importantes. Precisamos celebrar, sim, mas, sobretudo, devemos refletir sobre a situação das mulheres no nosso Estado e no nosso País.

A mulher sofre preconceito nas relações de trabalho, ganhando menos que o homem. Sofre violência. O “feminicídio”, que é o homicídio de mulheres, o nosso País está em quinto lugar no mundo. Isso é uma vergonha para todos nós.

Esta é uma semana de luta. Muitas manifestações estão acontecendo. Eu vim para esta Casa apoiado por várias entidades ligadas ao movimento feminista. Sr. Presidente, tenho imenso orgulho disso. Tenho tentado trazer essa pauta tão importante a esta Casa, que é a pauta da igualdade das relações de gênero. Uma pauta que não começou hoje. Quero registrar uma importante liderança do movimento sindical na Alemanha, Clara Zetkin, Simone de Beauvoir, liderança feminista francesa, Olga Benário, alemã, viveu na Rússia e no Brasil, cidadã do mundo, e fazer uma referência especial para uma grande lutadora da cidade de Sorocaba, a tecelã Salvadora Lopes, eleita vereadora em 1947 pelo PST, que o Partido Comunista tinha sido colocado na ilegalidade. Foi a vereadora mais votada naquela eleição e não pode tomar posse porque teve o seu mandato cassado.

Tive o prazer de conhecer essa grande representante da luta das mulheres em Sorocaba e em todo nosso País. Pude participar pessoalmente de uma mesa com Salvadora Lopes, já há uns 15 ou 16 anos. Tenho inclusive o livro dela escrito de forma brilhante pelo historiador Carlos Carvalho Cavalheiro, Anita Garibaldi e tantas outras que poderíamos ficar aqui durante dias falando nome de grandes lutadoras do movimento das mulheres. E esse movimento na atual etapa da conjuntura política brasileira tem colocado várias questões na pauta, e uma pauta urgente, que além da igualdade salarial, a igualdade na representação política, faz-se necessário que tenhamos um processo de cessação da violência contra as mulheres. É preciso que o estado brasileiro enfrente essa situação de forma urgente. E eu vi a matéria do jornal “Folha de S. Paulo” na edição de ontem “Justiça proíbe 12 homens de chegar perto de mulheres aqui na Capital, na cidade de São Paulo”. Essas são as chamadas medidas protetivas.

O ano próximo passado, só aqui na cidade de São Paulo foram 4326 medidas protetivas. Se levarmos em conta todo o estado de São Paulo veremos que são milhares de medidas protetivas. No entanto, aqui no estado de São Paulo depois que a mulher reuniu forças e levou sua demanda até o Poder Judiciário. Depois que o Poder Judiciário, através do juiz, quebrou os seus preconceitos e decidiu a dar guarida e fazer com que essa mulher, ou seja, fazer com que o seu agressor não se aproxime mais dela e nem dos seus filhos, mesmo assim ainda o agressor se aproxima. E nos casos de reincidência é que o feminicismo acontece, ou seja, o homicídio contra a mulher.

Portanto, Sr. Presidente, a medida protetiva é de fundamental importância sua declaração pelo juiz. No entanto só isso não basta. E fiquei muito triste e quero alertar aos movimentos feministas do estado de São Paulo.

Quando o jornalista foi questionar as políticas públicas que estão acontecendo aqui em São Paulo, ele foi atrás da prefeitura, porque tem a Guarda Municipal aqui de São Paulo, a guardiã Maria da Penha, falou do Tribunal de Justiça, mas o Governo de São Paulo não disse nada, porque não tem nada para oferecer, não tem nenhuma política pública de proteção às mulheres, e a Segurança Pública é responsabilidade sua, Sr. Governador Geraldo Alckmin. O senhor é responsável pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. Não tem política.

Eu fiz um projeto de lei e o aprovei nesta Casa, depois de um ano aqui, que é o PL nº 811/15 e o governador Geraldo Alckmin vetou. Qual a justificativa que o governador Geraldo Alckmin usou para vetá-lo? Com a justificativa de que o projeto é inconstitucional. Disse ele que é matéria de Brasília, do Congresso Nacional. Quero dizer ao governador que direito penitenciário é matéria concorrente.

O País tem 18 mil pessoas utilizando tornozeleira eletrônica. Minha ideia é pôr a tornozeleira eletrônica no agressor da mulher, aquele que já tem sentença judicial transitada em julgado. Quando ele tentar se aproximar novamente da mulher agredida, essa tornozeleira acionará a Polícia Militar, e nós conseguiremos zerar a reincidência em São Paulo.

Nós temos condições de fazer isso, governador. Vossa Excelência vetou meu projeto com o argumento esdrúxulo de que não é matéria da Assembleia Legislativa, que é matéria de Brasília, mas não há nada para se discutir em Brasília em relação a esse tema, a questão já está superada.

Já há vários presos no Brasil utilizando tornozeleira eletrônica. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo já tem medida protetiva. Portanto, não é preciso uma nova lei em Brasília, a lei já dá guarida. O que precisamos é de vontade política, sobretudo sua, governador Geraldo Alckmin, de criar políticas públicas na área de Segurança em São Paulo.

Quero fazer esse apelo para que a Assembleia Legislativa derrube o veto ao nosso PL nº 811/15, para que possamos ter em São Paulo a tornozeleira no agressor de mulheres, para que não haja reincidência e para que possamos diminuir e até zerar o feminicídio no Estado mais rico e politicamente mais importante da Federação. Muito obrigado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de colaborar com as palavras do deputado Raul Marcelo, dizendo que é uma obrigação desta Casa derrubar todos os vetos dos projetos que aprovamos após análise.

Vamos iniciar uma campanha com cada líder desta Casa para que faça isso. Ou nós criamos um procedimento de trabalho, de decência, de regularidade, cumprindo o que fizemos na primeira etapa, que foi aprovar o projeto, ou a situação fica difícil. Essa será nossa briga constante, deputado Raul Marcelo. Pode contar com o apoio do PMDB para a derrubada dos vetos dos deputados desta Casa. Muito obrigado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero me irmanar com o deputado Jorge Caruso nessa empreitada, pois acho que é de fundamental importância derrubar esses vetos.

Esta Casa poderia fazer um grande sinal esta semana, derrubando vetos de projetos ligados ao direito das mulheres. Fazer isso na semana do dia 08 de março seria uma sinalização fantástica da Assembleia Legislativa para toda a população do estado de São Paulo. Estamos perdendo essa oportunidade, pois a semana da mulher já está terminando.

Todos os municípios estão realizando audiências públicas nas câmaras municipais, aprovando matérias relacionadas à questão das mulheres. Em São Paulo não temos apenas o PL nº 811/15, que é de minha autoria, temos vários outros projetos de deputados que sofreram vetos que inclusive não têm sustentação jurídica.

Vários estados estão promovendo políticas nesse sentido, como no caso específico da medida protetiva de utilização da tornozeleira. Há 18 mil presos hoje com sentença transitada em julgado que utilizam a tornozeleira. Isso é inclusive uma política para esvaziar os presídios, pois a tornozeleira tem um custo médio de 160 a 600 reais, e um preso custa de 4 a 6 mil reais ao sistema prisional.

O próprio Ministério da Justiça está estimulando os estados para que promovam, dentro da estrutura de Segurança Pública, a utilização da tornozeleira, dependendo do grau de agressão ao Direito Penal. Se for um grau baixo, com pena pequena, o preso não precisa ir para o sistema prisional, pode cumprir a pena em casa, por meio do monitoramento com tornozeleira. Isso é muito utilizado em vários países, e poderíamos fazer em São Paulo. Seria um passo importante em relação às mulheres.

Fiquei muito triste com a matéria do jornal “Folha de S. Paulo”, que tratou da Prefeitura de São Paulo, com a Guarda Municipal, tratou do Tribunal de Justiça e, quando chegou ao governo de São Paulo, não havia nada a apresentar. Não há nenhuma política para cuidar da questão das mulheres, não há um destacamento da Polícia Militar ou da Polícia Civil para isso, não há nada. Portanto, estamos para trás nesse tema.

Quando digo nós, refiro-me ao Executivo e ao Governo de São Paulo, porque a Assembleia tem vários projetos aprovados de deputadas e deputados, que poderiam contribuir muito nesse sentido. Vossa Excelência tem o apoio da nossa bancada do PSOL para iniciar uma agenda de derrubada de vetos, possibilitando o avanço nessas áreas, sobretudo na questão dos direitos das mulheres, nesta semana tão importante do dia 08 de março.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.

\*\*\*

## 10 DE MARÇO DE 2016 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidente:** ANALICE FERNANDES

**Secretário:** CORONEL CAMILO

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL CAMILO

Lamenta o assassinato do capitão da Polícia Militar Marcos Henrique da Silva. Presta solidariedade à família da vítima. Afirma que é necessário reconhecer a importância do trabalho e proteger a vida dos policiais militares.

3 - CARLOS GIANNAZI

Comenta participação em manifestação dos servidores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Discorre sobre a pauta reivindicada pelos trabalhadores. Afirma que a prefeitura atendeu parte das reivindicações.

4 - JOOJI HATO

Comenta proposição, de sua autoria, que estimula o plantio de árvores frutíferas. Exibe vídeo sobre quedas de árvores na Capital. Pede cumprimento, pelo Executivo, das leis elaboradas pelo Legislativo.

5 - CORONEL TELHADA

Lamenta o falecimento do capitão da Polícia Militar Marcos Henrique da Silva, vítima de assassinato. Destaca a importância do trabalho dos policiais militares para a sociedade.

6 - CARLOS GIANNAZI

Crítica a Lei 1093/09, a qual, em sua visão, prejudica a categoria dos professores de escolas públicas do estado de São Paulo. Afirma que apresentou proposição que altera os termos dessa norma.

7 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre as prioridades do Tribunal de Contas do Estado em sua nova gestão. Elogia o preparo do novo presidente do órgão, Sr. Dimas Eduardo Ramalho.

8 - RODRIGO MORAES

Discorre sobre seu trabalho com parlamentar nesta Casa. Agradece a acolhida, neste período, que teve no PSC. Afirma que está deixando o partido em função de oportunidade de novo projeto no DEM.

9 - JOOJI HATO

Discorre sobre crimes ocorridos em São Paulo. Cita projetos de lei, de sua autoria, que visam combater estas ocorrências.

10 - JOOJI HATO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessões solenes, hoje às 20 horas, com a finalidade de “Homenagem ao 136º aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo”; e amanhã, às 10 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia do Motociclista”. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Camilo para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL CAMILO - PSD - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, desejo uma boa tarde a todos os que estão nesta Casa, aos amigos da Assembleia Legislativa, aos assessores e, principalmente, a você que nos acompanha pela TV Assembleia.

Sra. Presidente, hoje vou falar de um problema que é recorrente neste Estado, que é a difícil missão de ser policial em São Paulo. Tivemos hoje a morte de um grande amigo: o capitão Marcos Henrique da Silva, 46 anos, oficial da Rota.

Há aproximadamente 10 dias, ele foi baleado em sua casa quando estava em uma confraternização com seus familiares, com sua esposa e seus filhos. Ladrões invadiram sua residência e, quando descobriram que o Henrique era policial militar - capitão que servia na Rota, 46 anos -, começaram a disparar contra ele. Ele foi atingido por dez disparos na cabeça, no tórax, na perna. Infelizmente, depois de um tempo internado, hoje ele veio a falecer.

Gostaria de mostrar a todos a imagem do capitão Henrique, um grande guerreiro. É mais um irmão da nossa querida família policial militar que morre só por ser policial. No meu caso, que comandi a Polícia Militar de São Paulo, é mais um filho.

Para que você que nos acompanha entenda o risco que é ser policial no estado de São Paulo, ele é seis vezes maior que o do cidadão comum. A taxa de homicídios dolosos está na faixa de oito homicídios por 100 mil habitantes. No caso do policial, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, essa taxa chega a 45, 50, às vezes até 60 homicídios por 100 mil habitantes. O que significa isso? Significa que o risco de morte de um policial é cinco vezes maior que o de um cidadão comum. Não é fácil ser policial em São Paulo.

Então, pedimos a todos os integrantes desse grande povo paulista que, quando virem um policial militar, um policial civil, um policial científico ou até um dos nossos guardas civis, entendam que esse homem ou essa mulher fez uma promessa de defender o cidadão de São Paulo; no caso da Polícia Militar, uma promessa de defender com a própria vida. E isso tem acontecido.

Sra. Presidente, gostaria de deixar a nossa solidariedade à família. Que Deus conforte a família e faça com que, daqui para frente, cada vez mais, nós possamos proteger nossos policiais e reconhecer esse grande trabalho do Policial Militar.

Agora, dirijo a minha fala diretamente ao nosso governador do estado, Geraldo Alckmin, e ao nosso secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes: vamos reconhecer o grande trabalho desses homens e mulheres valorosos. No meu comando, mais de 210 morreram defendendo o cidadão, em serviço ou fora dele. Esse ano, com a morte do nosso querido capitão Marcos Henrique, já são 14 que perderam a vida, ou defendendo o cidadão de São Paulo ou, como ele, simplesmente por terem sido reconhecidos como policiais. Fica aqui o nosso pedido ao governador. No ano passado, não tivemos nenhum reconhecimento do Governo do Estado para essa grande profissão e para esse grande trabalho que é feito pela Polícia Militar. São 15 mil ocorrências por dia, muitos confrontos com marginais, muitos confrontos com aqueles que estão decididos a tudo e acabam matando, inclusive policiais. Fica aqui o nosso pedido, Sr. Governador.

Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a todos um minuto de silêncio pela passagem do nosso querido capitão Marcos Henrique.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência aceita o pedido de V. Exa. e pede que seja respeitado um minuto de silêncio.

\*\*\*

- É respeitado um minuto de silêncio.

\*\*\*

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Quero registrar mais uma vez a nossa solidariedade à família do nosso capitão Marcos Henrique, e deixar registrado a todo povo de São Paulo a dificuldade de ser policial em São Paulo. Que Deus conforte a família, e que possamos daqui para frente ter um pouco mais de segurança e reconhecimento, principalmente esses valorosos homens e mulheres que integram a Polícia Militar de São Paulo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Tenilio Barba. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Vanessa Damo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, ontem participei de mais uma manifestação dos profissionais da Educação da rede municipal da capital. Eles estavam em assembleia realizando um ato em frente à Prefeitura de São Paulo, e ao gabinete do prefeito Haddad, por conta da negociação salarial. E, ao mesmo tempo, fazendo várias reivindicações ligadas à melhoria do ensino e das condições de trabalho desses profissionais. Estavam presentes professores, o pessoal do quadro de apoio, gestores, aposentados, e entre as várias pautas apresentadas tinha uma muito importante que já foi inclusive aprovada aqui na Assembleia Legislativa. Refiro-me a uma espécie de reforma da Previdência dos Servidores Municipais. Eu digo que tem a ver com a Assembleia Legislativa porque em 2011 o governador

Alckmin apresentou um projeto de lei criando a SPPrev Complementar. Isso não passa de uma privatização da Previdência Estadual, e o prefeito Haddad apresentou um projeto idêntico ao projeto do governador Alckmin. Ou seja, o prefeito Haddad imita o governador Geraldo Alckmin e apresenta um projeto de lei privatizando também a Previdência Municipal dos Servidores da capital.

Estive lá pela terceira vez consecutivamente porque é a terceira manifestação, e os nossos professores, colegas da Educação, já estavam praticamente em greve. Esse tema é preocupante porque a criação agora da SampaPrev, o Instituto de Previdência da Prefeitura Complementar, seria a privatização da Previdência de todos os servidores da Capital. Isso tem gerado muita insegurança, e com razão, para os nossos servidores.

Os servidores sabem que, sempre que há uma reforma previdenciária, a reforma é contra os servidores, contra os trabalhadores. Foi assim com a Emenda Constitucional nº 20, do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Em seguida foi assim também com a Emenda Constitucional nº 41, do governo Lula, em 2003. Ambas foram reformas contrárias aos trabalhadores, aos servidores públicos. Não tivemos nenhuma reforma da Previdência que tenha beneficiado os trabalhadores. Toda reforma da Previdência é contra os trabalhadores.

Como fomos contrários à reforma da Previdência do governador Alckmin, que criou a São Paulo Previdência Complementar e privatizou a aposentadoria do estado de São Paulo, também somos contra a SampaPrev do Haddad. Ela é uma imitação, uma cópia do projeto do governador Alckmin. Só muda o nome.

Quero já dizer que somos totalmente contrários a essa proposta do Fernando Haddad. Ela vai prejudicar não só os novos servidores, que serão contratados a partir da aprovação dessa lei. Espero que ela nunca seja aprovada. Espero que a Câmara Municipal rejeite a proposta. Os servidores estão mobilizados contra essa lei. Se ela for aprovada, vai prejudicar os novos servidores e também pode esvaziar o caixa do Ipsem, prejudicando as pessoas já aposentadas e as que venham a se aposentar no regime integral. Por tudo isso, somos contra a SampaPrev, que é a privatização, a destruição, na verdade, da Previdência dos servidores municipais. Isso vai prejudicar todos os servidores, sobretudo os profissionais da Educação.

Quero registrar nosso apoio à luta dos profissionais da Educação - professores da rede municipal, quadro de apoio, gestores, especialistas em Educação. Esse projeto não pode ser aprovado.

No dia de ontem os servidores suspenderam a greve porque o governo recuou e disse que vai atender um ponto da pauta de reivindicações. Na verdade, o governo vai cumprir a lei. É um absurdo que hoje os servidores tenham que fazer mobilizações para obrigar o governo a cumprir a lei, a cumprir os acordos feitos anteriormente. Houve uma vitória nesse sentido dos profissionais da Educação, mas muitos pontos ficaram pendentes. Os professores da rede municipal reclamam da superlotação nas salas e da falta de segurança nas escolas. Os professores de educação física são obrigados a pagar o Cref por conta da investida que o Conselho Regional de Educação Física tem feito. Enfim, são vários os pontos pendentes e não resolvidos na rede municipal.

De qualquer forma, em relação à SampaPrev somos totalmente contrários. Fazemos um apelo e exigimos que o prefeito Haddad retire esse projeto da Câmara Municipal de São Paulo. Ele não pode imitar o governador Alckmin, que aprovou o projeto aqui. Faça um apelo à bancada do PT, pois a bancada do PT da Assembleia Legislativa votou contra o projeto do Alckmin, falando que era privatização. A bancada do PT tem que ser coerente e tem que ajudar os professores da rede municipal de ensino, pressionando o prefeito Haddad a retirar o projeto de lei que vai também privatizar a previdência municipal. Temos que ser coerentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, venho sempre a esta tribuna para dizer que aprovamos um projeto de lei sobre os pisos drenantes para diminuir as enchentes e minorar o sofrimento causado pelas chuvas intensas que caem sobre a cidade de São Paulo, Grande São Paulo, Grande ABC e outras cidades.

Fizemos também outro projeto para combater as enchentes. Ele fala sobre a plantação de árvore frutífera, que faz com que se restabeleça a cadeia ecológica, fazendo com que os pássaros voltem e consigam manter o equilíbrio ecológico, não deixando proliferar os cupins, porque os pássaros são predadores dos cupins. Assim, fazem com que os cupins não corroam os troncos das árvores que caem, desabam sobre os veículos, sobre a rede elétrica, sobre as casas, sobre os muros.

É por isso que, ontem, nós tivemos na Vila Mariana e no bairro de Indianópolis um congestionamento ímpar, um congestionamento intenso por toda a cidade de São Paulo pela chuva que caiu. Nós não estamos preparados porque as autoridades competentes não obedecem às leis que nós aprovamos. Por isso, essas árvores desabam e acabam provocando grande congestionamento.

Eu gostaria de exibir um vídeo com a reportagem do SPTV.

\*\*\*

- É feita a exibição de vídeo.

\*\*\*

Os vereadores, os parlamentares e os deputados fazem leis que o Executivo não obedece. O Executivo não cumpre a lei e, por isso, desabam as árvores, danificam a rede elétrica, falta luz, congestionam o trânsito, derruba casas e muros, causando um prejuízo enorme. Infelizmente, nós temos que continuar nessa luta: fazendo leis que possam ajudar a comunidade, mas o Executivo tem que começar a obedecê-las e trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Eu venho aqui muito contristado, pois acabei de receber uma notícia terrível: a morte de um querido amigo, um excelente profissional, pai de família. Capitão Henrique, da Polícia Militar do estado de São Paulo, estava servindo na Rota. Marcos Henrique da Silva tinha 46 anos, era pai de dois filhos - Éric e Eduardo -, 24 anos de serviço, casado com a Roberta.

No último dia 20 de fevereiro, o capitão Henrique estava na sua residência, em uma festinha entre amigos e familiares, quando quatro vagabundos entraram. Ele morava na divisa de Osasco, no Parque dos Príncipes. Eles começaram a separar os objetos e, quando descobriram que o Henrique era policial militar, deram 10 tiros nele: na cabeça, no tórax e na perna. Ele foi socorrido e, desde o dia 20, ele estava internado em uma situação muito difícil - melhorava e piorava. Infelizmente, acabou de chegar a notícia do seu falecimento. Possivelmente, ele foi vítima não só do agravamento dos ferimentos, mas também de uma infecção.

É com muita tristeza que nós comunicamos isso, não só pelo fato de ser nosso irmão de armas, mas é mais um pai de família que morre na mão do crime. É mais uma estatística. Quem chorará pelo capitão Henrique? Os filhos, a esposa, os pais, os amigos.